

Leis Ambientais - A agricultura favorável à sociedade, ao meio ambiente e ao produtor

A produção rural é uma das principais fontes de renda no Brasil, um país rico em recursos naturais, com clima favorável ao cultivo de grande variedade de gêneros e possuidor de vastas extensões de terra, que possibilitam a produção em larga escala e a exportação para todo o mundo.

Para garantir a sustentabilidade da atividade agrícola, existem leis ambientais, cujos principais objetivos são: assegurar que a produção no campo cause impactos mínimos ao meio ambiente; segurança para a sociedade, além de manutenção da produtividade da terra e da disponibilidade dos recursos naturais.

Deste modo, as leis ambientais vão ao encontro dos interesses de toda uma sociedade e do produtor rural que, adequando sua propriedade a elas, pode garantir sua fonte de renda, aumentar sua produtividade e evitar problemas de ordem burocrática com a Justiça.

Para entender melhor como essa regulamentação funciona, a equipe do **Jornal Cemirim** entrevistou Rudy Eysink, engenheiro agrônomo e diretor da HC2 – Holambra Capturing Carbon – Gestão Ambiental, empresa especializada na adequação de propriedades rurais, industriais e urbanas, além de áreas naturais públicas e da União, no que diz respeito à legislação ambiental brasileira.

JC - Qual a importância de manter uma propriedade rural em conformidade com a legislação vigente?

HC2 - As legislações ambientais foram

elaboradas há muitos anos atrás, porém, de fato, não foram aplicadas. Nesse momento o mundo passa por transformações concretas e a exigência de se cumprir a lei está cada vez mais fortificada. Hoje, inclusive os financiamentos via BNDES estão exigindo dos proprietários rurais adequações legais de suas propriedades. Por isso, é interessante que eles entrem em contato com pessoas ou empresas especializadas nesse setor, para que a propriedade seja estudada e o proprietário da terra orientado sobre os procedimentos necessários para adequá-la às exigências legais.



Geraldo Eysink
Biólogo

Rudy Eysink
Engenheiro Agrônomo

Caso você tenha alguma outra dúvida relacionada ao tema, os diretores da HC2 se colocam à disposição para esclarecê-la através do e-mail: contato@hc2gestaoambiental.com.br

JC - Quais são os prazos para essas adequações legais?

HC2 - A princípio, grande parte das leis já está em vigor e o não cumprimento pode acarretar em penalidades legais. Outras podem ser adequadas até junho de 2011. Porém, é importante destacar que os processos são lentos, e não serão resolvidos em poucos meses, sendo assim, apesar do prazo em alguns casos ainda serem futuros, tomar atitudes nesse momento é essencial.

JC - De que forma o cumprimento das leis pode contribuir para a preservação do meio ambiente?

HC2 - A atividade agrícola utiliza recursos naturais em praticamente todas as etapas produtivas. As leis ambientais, apesar de muitas vezes serem pesadas aos produtores rurais, auxilia no combate a degradação do meio ambiente, contribuindo assim, de forma direta, para a sustentabilidade da produção, garantindo condições para a continuidade da mesma. Logicamente, a legislação ambiental não deve ser cumprida somente pelos produtores rurais, e sim por toda a população, seja ela urbana, rural, ribeirinha etc.

JC - E para a melhoria das práticas administrativas e produtivas da propriedade?

HC2 - A produtividade de uma propriedade está diretamente ligada a atividades conservacionistas, por exemplo, o plantio direto evita as perdas de camadas férteis do solo, aumentando a produtividade e diminuindo-se custos com adubações complementares. A conservação

de matas ciliares, aquelas em beiras de nascentes, córregos e rios, também contribui para a conservação dos estoques de água, evitando-se assoreamentos, e aumentando os volumes de água, essas que são utilizadas nas irrigações da cultura agrícola e bebedouros de animais de criação. O significado disso é o que todos estão percebendo: a natureza presta serviços ambientais e a preservação e o uso correto e sustentável dos mesmos tem o lucro como consequência.

MPF quer revisão no projeto de Angra 3



Por duas vezes em 40 dias, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e a Eletronuclear suspendam a construção da usina Angra 3, argumentando que as obras deveriam ficar paradas até serem estudadas alternativas para prevenir ou minimizar consequências de acidentes envolvendo radioatividade.

O MPF solicita a revisão do projeto de Angra 3, feito nos anos 1970, época em que as práticas de segurança eram diferentes das atuais. “O projeto de Angra 3 é anterior a esta mudança de filosofia e, ao que tudo indica, não foi revisado de maneira adequada e não trata corretamente de acidentes severos, o que o torna incompatível com a legislação em vigor”, afirmam os procuradores. Eles afirmam que, caso a recomendação não seja atendida, será proposta ação civil pública para a Justiça ordenar a adequação do processo de licenciamento às normas internacionais.

Lula defende que Brasil leve energia até Assunção

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou durante o Seminário Empresarial Brasil - El Salvador, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, que o Brasil tem obrigação de construir linhas de transmissão que levem a energia elétrica produzida pelo Brasil até a capital do Paraguai, Assunção, minimizando os problemas de apagão sofridos na cidade estrangeira.

Ainda segundo o presidente Lula, a medida seria uma forma de convencer o povo paraguaio que o acordo entre Brasil e Paraguai em relação à Itaipu é justo.

geração

Sistema Cantareira deve gerar energia em 2012

Com receio de impactos ambientais, autoridades ambientalistas e agricultores começam a se mobilizar contra a construção de cinco pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Sistema Cantareira. Eles acreditam que os empreendimentos comprometerão a vazão de rios que abastecem três milhões de pessoas em 62 municípios da Bacia do Piracicaba.

Duas dessas cinco usinas já foram licenciadas pela Aneel e a previsão é que elas entrem em operação em janeiro de 2012, gerando energia elétrica para cerca de 100 mil pessoas.

Os idealizadores dos projetos garantem que a implementação das usinas será planejado em função do não comprometimento do abastecimento de água e minimização dos impactos ambientais.

Aneel autoriza empresas de três estados a produzirem energia

Empresas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo receberam a autorização da Aneel para atuarem como produtoras de energia elétrica por meio da implantação e exploração de PCHs e usina termelétrica.

A PCH que fornecerá energia para a empresa gaúcha tem 29 MW de potência instalada. Já a usina catarinense, localizada no município de Tangará, tem 20 MW de potência.

Em São Paulo, a autorização foi homologada para uma usina açucareira, que produzirá toda a energia que consumir operando a termelétrica de São Manuel que, como combustível, utilizará o bagaço da cana-de-açúcar refugado pela empresa.

Aneel aprova reajuste tarifário da Elektro



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o reajuste tarifário anual médio de 9% da distribuidora Elektro, da qual a Cemirim compra cerca de 40% da

energia que distribui. As novas tarifas entram em vigor no final de agosto.

Os percentuais de reajuste da distribuidora refletem, entre outros fatores, a variação do IGP-M, índice previsto no contrato de concessão para mensurar a inflação no período e, principalmente, os custos com aquisição de energia e o aumento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo incidente nas tarifas de energia elétrica destinado a subsidiar a geração de energia em termelétricas.

De acordo com o gerente do

departamento de distribuição da Cemirim, José Eduardo Vieira Quintana, o reajuste tarifário da Elektro irá impactar nos gastos com compra de energia da Cemirim. ~~Mensalmente o efeito será o acréscimo de aproximadamente R\$ 35 mil nas despesas em pauta.~~ “Lembrando que recentemente a Cemirim reduziu suas tarifas em média 5% e a Cooperativa não pretende repassar esse novo aumento em seus gastos, objetivando não onerar seus consumidores e cooperados”, acrescenta o engenheiro.

economia

Contrato de concessão de Belo Monte já foi assinado



O contrato de concessão da usina hidrelétrica de Belo Monte foi assinado no dia 27 de agosto e os empresários responsáveis pela obra acreditam que elas iniciem ainda em 2010, após a emissão da licença do Ibama. O Governo participou do leilão da usina e agora compõe parte

da Norte Energia, por meio de Eletrobras e outras. Segundo o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, haverá incentivo a políticas de desenvolvimento para o local das obras. A usina tem previsão de ser concluída em 2015, e será a segunda maior hidrelétrica do país, atrás de Itaipu.

Entenda o caso

A construção da Usina divide opiniões em todo o Brasil: de um lado, o Governo Federal e a iniciativa privada defendem a construção do empreendimento que, segundo seus representantes, é imprescindível no desenvolvimento econômico do Brasil.

A oposição no embate político fica por conta das Organizações não Governamentais (ONGs) ambientalistas,

os representantes de povos indígenas e ribeirinhos, bem como membros da sociedade preocupados com os impactos que a usina poderá trazer para a Floresta Amazônica.

Quando estiver em atividade, a produção mensal da usina oscilará entre 10.361 MW médios em abril, época de cheias no Rio Xingu (PA), e módicos 690 MW em setembro, período de seca.



Condução Sustentável

Carros elétricos dão volta ao mundo em corrida com emissão zero

Dentre as principais preocupações dos ambientalistas e cientistas que estudam os efeitos do aquecimento global, está a emissão de CO² (dióxido de carbono) na atmosfera, resultado direto da queima de combustíveis fósseis na indústria e nos meios de transporte. Uma alternativa ao problema ambiental bastante estudada e solicitada pela sociedade é o uso de eletricidade como combustível para os veículos.

Para provar a viabilidade dos

carros elétricos, um grupo de engenheiros promove uma corrida com esses meios de transporte ao redor do mundo, denominada Zero Emissions Race. A energia gasta pelos veículos será gerada por fontes renováveis.



Foto: <http://www.zero-race.com/>

O evento foi idealizado pelo ambientalista e aventureiro suíço Louis Palmer que, em 2008, deu a volta ao mundo em um carro movido a energia solar.

Participam da competição quatro equipes sendo: uma suíça, uma sul-coreana, uma australiana e uma alemã. Cada qual desenvolveu um carro elétrico diferente e a vencedora será a equipe que gastar menos energia para cumprir o percurso.

Programada para terminar em 80 dias, a corrida iniciou no último dia 16 de agosto e passará por Berlim, Kiev, Moscou, Xangai, Los Angeles, Cidade do México, Lisboa e outras 150 cidades. A chegada, assim como a partida, será na cidade suíça de Genebra.

Motos e bikes elétricas

Ideais para aqueles que percorrem distâncias pequenas e se preocupam com o meio ambiente

A Kasinski, através da sua filiada CR Zongshen E-Power, vai investir R\$ 20 milhões para construir a primeira fábrica de motos e bicicletas elétricas do País, que iniciará sua produção no primeiro semestre de 2011. A unidade será implantada no Estado do Rio de Janeiro e terá produção média de 10 mil unidades.

Os veículos produzidos nessa fábrica não são poluentes, uma vez que não queimam combustível para funcionar e podem ser carregados

em uma tomada de 110 ou 220 Volts, podendo rodar cerca de 60 quilômetros, podendo variar de acordo com o peso do condutor e com as características do terreno.

Essa modalidade de transporte é ideal para aqueles que percorrem distâncias pequenas. Um dos veículos, uma scooter de dois mil Watts, equivalente a uma convencional de 125 cilindradas, custará aproximadamente R\$ 5 mil. Já bicicleta elétrica sairá por cerca de R\$ 1.500. O veículo será equipado

com um motor e também pode ser operado por pedais.

Na nova fábrica serão produzidos dois modelos de bicicletas, dois tipos de motos, além de três modelos de scooters.

